

# Práticas Ecoturísticas como Alternativa para o Desenvolvimento Sustentável no Município de Cajueiro da Praia – PI

MELO, Stella Maria Carvalho de<sup>1</sup>

AGUIAR, Eveline Porto Sales<sup>2</sup>

## Resumo

A relação entre o homem e o meio ambiente é indiscutível e começou a ser harmoniosa a partir do surgimento da consciência ambiental e da preocupação com a proteção dos recursos naturais. Assim, houve um aumento do interesse humano com a vida selvagem e a possibilidade de entrar em contato com ela, o que incentivou as práticas ecoturísticas de interpretação do meio ambiente, tornando-o um propulsor do desenvolvimento sustentável. Este trabalho tem como objetivo mostrar como estas práticas ecoturísticas, em especial o turismo de observação, podem ser um fator impulsionador do desenvolvimento sustentável em localidades com potencial para este tipo de atividade, em especial ao município de Cajueiro da Praia – PI. Para tanto, a metodologia foi dividida em duas fases: a fase de escritório, com a pesquisa bibliográfica e a fase de campo, com observação direta da localidade pesquisada. Assim, percebeu-se que as práticas ecoturísticas de interpretação do meio ambiente no município vêm crescendo nos últimos anos, e está sendo desenvolvido com a participação da comunidade local e pode ser efetivamente uma alternativa para o desenvolvimento baseado nos princípios da sustentabilidade.

Palavras-chave: Avistagem; Meio ambiente; Peixe-boi;

## 1. Introdução

O turismo é uma atividade que gera inter-relações de importância social, econômica e cultural que, se bem planejada e desenvolvida, pode produzir benefícios para todos os seus envolvidos e ser uma das ferramentas para o desenvolvimento de localidades com potencial para tal.

A relação turismo e meio ambiente é indiscutível, já que o desenvolvimento do turismo sem estar equilibrado com o meio ambiente pode comprometer a continuidade da atividade turística, com a destruição dos atrativos. Entretanto, o turismo, também, pode promover a conservação do meio ambiente, por meio de contribuições financeiras dos turistas e de fontes governamentais, do aumento da consciência ambiental, da criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais e de educação ambiental.

Os turistas ao visitarem ambientes naturais e ao terem contato com os mesmos, vão conhecendo a importância destes ambientes para os ecossistemas o qual fazem parte,

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí e professora do Instituto Federal do Tocantins – IFTO. E-mail: stella.melo@ifto.edu.br

<sup>2</sup> Mestranda em Gestão de Negócios Turísticos pela Universidade Estadual do Ceará – UFC e professora do Instituto Federal do Ceará – IFCE. E-mail: evelineporto@ifce.edu.br

valorizando-os e tomando consciência da necessidade de preservá-los, levando em consideração os limites do uso desses atrativos naturais e suas formas de manutenção para um proveito em longo prazo. Desta forma, tornam-se turistas conscientes e responsáveis socioambientalmente.

Neste contexto, para buscar uma nova forma de desenvolvimento da atividade turística, menos agressiva ao meio ambiente, pode-se desenvolver práticas ecoturísticas para interpretação do meio ambiente, através da observação e contemplação da natureza. Este tipo de turismo, além de ter caráter educativo, pode ser praticado por pessoas de qualquer idade e gerar renda e emprego para a comunidade local.

Assim, o objetivo desse trabalho é mostrar como as práticas ecoturísticas de interpretação do meio ambiente podem ser um fator impulsionador do desenvolvimento sustentável em localidades com potencial para este tipo de atividade, em especial ao município de Cajueiro da Praia – PI. Para tanto, pretende-se exemplificar e descrever as práticas ecoturísticas de interpretação do meio ambiente praticadas no Brasil e seus benefícios para as comunidades locais. Pretende-se, também, fazer um detalhamento de como estas práticas ecoturísticas vem sendo praticado no município de Cajueiro da Praia – PI e seus efeitos futuros.

Assim, para atingir esses objetivos a metodologia foi dividida em duas fases: a fase de escritório, com a pesquisa bibliográfica e a fase de campo, com observação direta da localidade pesquisada. A pesquisa de campo foi realizada nos anos de 2010 a 2013.

## **2. Turismo e desenvolvimento sustentável**

Durante todo o processo de desenvolvimento da atividade turística, a sua relação com o meio ambiente sempre foi uma circunstância necessária para que a mesma pudesse existir. Para Branco (1999), o meio ambiente engloba os elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais onde o homem está inserido, individual e socialmente, num processo de interação que envolva o desenvolvimento das atividades humanas, a preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno. Assim, o meio ambiente está relacionado com o ser humano e todas as suas relações sociais.

Para Dias (2007, p. 22),

a relação turismo e meio ambiente deve ser intermediada por um trabalho intenso de educação ambiental, para que não se repitam os erros do passado, quando os recursos podiam ficar cada vez mais disponíveis para usufruto imediato, sem preocupação com sua manutenção.

Em relação às influências benéficas e maléficas do turismo sobre o meio ambiente, Boud-Bovy (1977 como citado em CRUZ, 2003, p. 29) comentou a relação contraditória entre os mesmos, pois

ele degrada irreversivelmente as maiores atrações que o justificaram e o atraíram, erodindo recursos naturais, quebrando a unidade e a escala das paisagens tradicionais e suas construções características, poluindo as praias, destruindo florestas, degradação que pode ser limitada mediante um planejamento correto, embora nem todos os efeitos sobre o meio tradicional possam ser evitados. Ele protege o meio uma vez que estimula o interesse da população e autoridades locais para a apreciação do valor do ambiente e introduz medidas compreensíveis para sua proteção, gerenciamento e melhoria, financiados pelos rendimentos oriundos do próprio turismo.

Esta preocupação com a manutenção dos recursos naturais trará inúmeros impactos positivos no futuro, como a maior durabilidade da atividade turística, pois a qualidade ambiental é fundamental para existência do turismo, já que o meio ambiente é o seu principal atrativo.

Deste modo, o turismo pode favorecer para a preservação do meio ambiente, segundo Ceballos-Lascuráin (2001 como citado em DIAS, 2007, p. 23):

em áreas naturais, em particular as áreas protegidas legalmente, sua paisagem, fauna e flora – juntamente com os elementos culturais existentes – constituem grandes atrações, tanto para os habitantes dos países aos quais as áreas pertencem como para turistas de todo o mundo. Por este motivo, as organizações para a conservação reconhecem a enorme relevância do turismo e estão cientes dos inúmeros danos que um turismo mal-administrado ou sem controle pode provocar no patrimônio natural e cultural do planeta.

Dias (2003) explica que, somente a partir da década de 1950, quando o crescimento do número de viajantes internacionais tornou-se significativo, foi que o turismo passou a ser considerado uma atividade econômica importante para o desenvolvimento. E no início do século XXI, esta importância ganhou mais destaque, assumindo um papel decisivo como promotor do desenvolvimento em qualquer nível de organização da sociedade, desde que seja planejado com a participação das comunidades e dos demais agentes interessados em explorá-lo em determinado local.

Por conseguinte, as localidades que não têm um grande potencial em outras economias, a não ser o turismo, podem aproveitá-lo como uma forma para se desenvolver. E as localidades que só possuem economias primárias, como agricultura, pesca e pecuária, têm a possibilidade de incrementar a sua renda com a atividade turística, além de contribuir para a proteção das áreas naturais e do patrimônio cultural local, através de estratégias de desenvolvimento sustentável do turismo.

As bases teórico-conceituais do termo 'desenvolvimento sustentável' foram formuladas pelo relatório Brundtland, o Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987 como citado em OMT, 2003, p. 23), e

o definia como “aquele que atenda às necessidades de hoje, sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”. Este relatório foi o resultado de pesquisas realizadas de 1983 a 1987 sobre a situação das degradações ambiental e econômica do planeta, e baseou-se na percepção que o crescimento econômico tinha de ocorrer de um modo ecológico e socialmente mais igualitário.

Em 1990, no Canadá, houve a Conferência Globe’90, onde se reuniram integrantes do segmento de turismo, governos, acadêmicos, entre outros, para discutir os impactos da atividade sobre o meio ambiente, e as possibilidades de se promover um turismo sustentável. De acordo com Loureiro, Braga, Selva e Motta (2003), nesta Conferência foram propostas as primeiras estratégias ligando o turismo e a sustentabilidade, e discutiram sobre a importância do meio ambiente para a sustentação das atividades turísticas e os impactos decorrentes de empreendimentos turísticos mal planejados.

Lemos (1999) explica que o desenvolvimento sustentável é um processo de decisão, baseado num consenso, no qual o impacto das atividades econômicas, o meio ambiente e a saúde da sociedade estão integrados e equilibrados, sem comprometer a capacidade de as gerações presentes e futuras satisfazerem suas necessidades, de modo que, a economia, o meio ambiente e a saúde da sociedade, possam ser sustentadas no futuro.

Em Lanzarote, na Espanha, durante a Conferência Mundial de Turismo Sustentável, em 1995, foi criada a Carta de Turismo Sustentável, que é uma referência na definição de turismo sustentável, pois engloba os princípios fundamentais atribuídos a este conceito. Nesta Carta (1995 como citado em DIAS, 2007, p. 60), os princípios são descritos em 18 artigos sobre o desenvolvimento turístico sustentável, com destaque para o primeiro, que diz que este desenvolvimento “deverá ser suportável ecologicamente em longo prazo, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social para as comunidades locais”.

Assim, é necessário que estes três aspectos estejam equilibrados, ligando-se com a economia, a sociedade e ao meio ambiente para satisfazer as gerações futuras. O turismo por contribuir para o desenvolvimento local deve fazer parte, assim, das políticas de desenvolvimento sustentável, promovendo a sustentabilidade dos seus atrativos que são a base de sustentação da atividade.

O esforço em sensibilização da sociedade para o turismo sustentável é, segundo Perinotto, Barbosa e Cavalcanti Filho (2008), essencial para a construção de novos paradigmas de desenvolvimento da atividade, envolvendo além da capacitação das comunidades locais, o investimento nas potencialidades de uma região e a discussão dos riscos e benefícios que o turismo pode proporcionar para a destinação. Além de incorporar temas relacionados à educação, cultura e formas de organização social à discussão, de maneira que as comunidades de destino possam se organizar e se qualificar para a gestão do turismo.

O turismo sustentável, segundo Swarbrooke (2000, p. 19) é aquele “que é economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local”.

Um conceito semelhante foi formulado pela OMT (2003, p. 23), que afirmava que o turismo sustentável é aquele que:

atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantam a vida.

Desta forma, com o tempo e com a evolução da consciência ambiental, foi surgindo um novo tipo de turista que é cada vez mais exigente com os aspectos ambientais da destinação visitada, e com as ações governamentais para preservação dos atrativos naturais e a diminuição da poluição. Isto mostra, de acordo com Swarbrooke (2000), como o turismo pode ser benéfico ao meio ambiente, quando oferece motivação para a sua conservação. Sem o incentivo financeiro para esta conservação, representado pelo turismo, muitos governos, provavelmente, nem dariam tanta atenção à proteção ambiental.

Segundo Irving, Bursztyn, Sancho e Melo (2005), promover o turismo sustentável requer uma nova visão sobre os problemas sociais, a diversidade cultural, e a dinâmica ambiental dos destinos, e não significa apenas controlar e gerenciar os impactos negativos. Mais do que isso, o turismo, na contemporaneidade, ocupa uma posição privilegiada na economia globalizada para gerar benefícios ao desenvolvimento local e promover a responsabilidade de proteção da natureza.

O turismo com base na sustentabilidade passou a se destacar não mais como uma simples prática de lazer, mas também como uma alternativa de melhoria de qualidade de vida às comunidades receptoras. Para o Programa das Nações Unidas de Meio Ambiente (2005 como citado em IRVING *et al.*, 2005), o turismo sustentável não significa uma forma especial de turismo. Deste modo, todos os segmentos de turismo devem ter práticas sustentáveis.

Segundo Salvati (2002) as formas sustentáveis de turismo têm potencial para contribuir para a conservação da diversidade biológica dentro e fora de áreas protegidas, assim como promover a qualidade de vida das comunidades locais e regionais. Desta forma, o incentivo à visitação pública em Unidades de Conservação de uso sustentável, por meio de projetos de base comunitária, passa a ser percebido como uma alternativa de sustentabilidade destes locais.

Assim, neste contexto, as práticas ecoturísticas surgem como um método do desenvolvimento sustentável na atividade turística, pois se for uma atividade bem planejada produz o mínimo impacto possível ao meio ambiente.

Este tipo de turismo começa a ser explorado no município de Cajueiro da Praia, extremo Norte do Estado do Piauí, a aproximadamente 400Km da sua capital, Teresina, através das atividades desenvolvidas pelo Projeto Peixe-Boi Marinho, de responsabilidade

do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Ainda não há dados concretos da real influência das práticas ecoturísticas de interpretação do meio ambiente no município. Entretanto, estima-se que, com o tempo, seus efeitos positivos sejam percebidos, assim como ocorre em outros locais onde este tipo de atividade já é desenvolvida há mais tempo, como na Praia do Forte – BA, onde é desenvolvido o Projeto TAMAR, de preservação da tartaruga marinha.

O município de Cajueiro da Praia, outros três municípios litorâneos do Piauí (Luís Correia, Parnaíba e Ilha Grande), dois do Ceará (Barroquinha e Chaval) e um município do Maranhão (Tutóia) fazem parte de uma Unidade de Conservação da categoria de Uso Direto (sustentável), do tipo Área de Proteção Ambiental – APA, do Delta do Parnaíba, com extensão total de 313.800ha de superfície, incluindo a região estuarina e o mar continental. Foi criada pelo Decreto Federal s/nº de 28 de agosto de 1996, ficando sob responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Desde a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, em 26 de abril de 2007, a gestão desta APA, bem como das demais Unidades de Conservação federais, passou a ser de sua responsabilidade.

A APA do Delta do Parnaíba tem por objetivos principais: proteger os deltas dos rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba, com sua fauna, flora e complexo dunar; proteger remanescentes de mata aluvial; proteger os recursos hídricos; melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais; fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental; preservar as culturas e as tradições locais.

O município de Cajueiro da Praia está contemplado, ainda, no Pólo Costa do Delta, um dos sete pólos turísticos com potencial para desenvolvimento do Estado, juntamente com Luís Correia, Parnaíba, Ilha Grande e Teresina. Está inserido, também, em um projeto de integração desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, denominado Projeto de Integração Turística – Ceará, Piauí e Maranhão: desenvolvimento de produtos e roteiros turísticos. Este Projeto é mais conhecido como Rota das Emoções, cujo objetivo é desenvolver produtos e roteiros turísticos de integração dos destinos de Jericoacoara, Delta do Parnaíba e Lençóis Maranhenses através da capacitação os empreendedores locais e da identificação das potencialidades turísticas dos municípios envolvidos.

Em julho de 2009, o roteiro Rota das Emoções recebeu o prêmio Troféu Roteiros do Brasil, uma iniciativa do Programa de Regionalização do Turismo, na categoria Roteiro Turístico, como um exemplo de sucesso no desenvolvimento do turismo em regiões integradas. O Projeto concorreu com mais de 90 destinos turísticos do país, e ficou em 1º lugar nesta categoria, o que deu uma maior visibilidade para a região.

### **3. Práticas Ecoturísticas de Interpretação do Meio Ambiente**

As práticas ecoturísticas advêm da segmentação de turismo denominado Ecoturismo em que conforme o Brasil (2010, p. 17) trata-se de

... um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Alguns autores diferenciam os diferentes segmentos do turismo que são praticados em ambientes naturais. Honey (2008 como citado em Walter, 2013) distingue o turismo da vida selvagem, do turismo de natureza, do turismo de aventura e do autêntico ecoturismo. Para o autor, o turismo da vida selvagem é aquele onde os turistas viajam para observar animais, como pássaros e peixes em seus habitats naturais; o turismo de natureza é aquele onde se viaja para lugares intocados para experimentar e desfrutar da natureza; o turismo de aventura seria um turismo de natureza, com um grau de risco e requer resistência física; e o autêntico ecoturismo é aquele onde se viaja para áreas frágeis e intocáveis, geralmente protegidas, onde haja baixo impacto e, muitas vezes, em pequena escala.

Para Walter (2013), existe, ainda, o ecoturismo de aventura que pode ser visto como um subconjunto do turismo de aventura, mas com um foco primário no visitante em aprender sobre a natureza. Ainda conforme o autor, o ecoturismo de aventura contrasta com o turismo de aventura, pois este enfatiza o medo e o risco elevado. Deste modo, o ecoturismo de aventura é motivado pelo desejo de vivenciar desafios físicos e mentais, mas também pela oportunidade de aprender sobre a natureza e as questões ambientais.

Assim, as práticas ecoturísticas de interpretação do meio ambiente são ainda pouco pesquisadas, onde os animais são o principal foco de atratividade, pois eles despertam curiosidade, admiração e entusiasmo. Orams (1996) classifica interação entre o homem e a vida selvagem como um espectro, no caso, o espectro de oportunidades de interação entre o turismo e a vida selvagem.

Ainda, segundo o Brasil (2010, p. 24),

a interpretação é a arte de interpretar determinado recurso ou atrativo turístico. Trata-se de proporcionar o entendimento do ambiente natural, despertar a atenção e o interesse do visitante em relação à natureza e à cultura, esclarecendo dados, fatos e correlações que normalmente não são claros ao simples olhar.

Desta forma, compreende-se que a interpretação do meio ambiente motiva um ecoturismo mais específico, como a observação da fauna e da flora, como a percepção de aves e mamíferos. Logo, nesta segmentação existem oportunidades de observação da vida selvagem em três ambientes: cativeiro, semi-cativeiro e habitat selvagem.

Nos cativeiros, locais completamente construídos pelo homem, os animais são confinados em locais com grades, jaulas e fossos, como por exemplo, aquários, aviários e zoológicos. Nos semi-cativeiros, há elementos antrópicos, onde os animais são alojados em locais com confinamento parcial, como parques de vida selvagem e centros de reabilitação

de animais. E no habitat selvagem é onde eles vivem normalmente, com liberdade total, sem nenhuma estrutura física com o objetivo de limitar o movimento dos animais.

O crescimento das práticas ecoturísticas de observação, nas palavras de Wilson e Tisdell (2001), provavelmente iniciou a partir do incremento da atividade turística e da curiosidade dos turistas em observar os animais selvagens em seu estado natural. A diminuição rápida destas espécies e dos seus habitats naturais tem incitado o desenvolvimento desta atividade.

Duffus e Dearden (1990 como citado em SOARES, 2005) também afirmam que existem várias possibilidades de interação entre os turistas e a vida selvagem, e as classificam em três grupos: alto consumo (*high-consumptive*); baixo consumo (*low-consumptive*); sem consumo (*non-consumptive*). O grupo de alto consumo é aquele caracterizado por atividades de caça e pesca. No segundo grupo estão inclusos os zoológicos, oceanários e outros ambientes que mantêm os animais em cativeiro. No terceiro grupo, o sem consumo, fazem parte as atividades que possibilitam a observação da vida selvagem em seus ambientes naturais, como a observação de aves, de baleias e os safáris fotográficos.

Conforme estes autores, a interação entre o homem e a vida selvagem de forma não consumível pode ser definida como a forma de recreação em que o animal é um objeto de recreação ao homem, e não é propositadamente afetado ou removido de seu ambiente durante a interação. Porém, apesar do fato de ser uma atividade sem consumo não implica dizer que não há impactos. Na observação de animais no ambiente natural, os impactos negativos são bem menores que se o animal for retirado ou eliminado. Estas atividades, portanto, se tornam, além de geradoras de benefícios econômicos, responsáveis pela mudança no comportamento dos turistas, tornando-os mais interessados nas questões ambientais, contribuindo com a conservação da natureza, seja com auxílio financeiros, ou através de atitudes e comportamentos.

Assim, o desenvolvimento de atividades de ecoturísticas de observação do grupo sem consumo, ou seja, nos ambientes naturais, é o que deve ser mais incentivado.

As práticas ecoturísticas de observação propiciam o desenvolvimento de campanhas educacionais e conservacionistas do meio ambiente e incentiva a pesquisa científica. Porém, se essa atividade não for bem planejada pode provocar algumas consequências danosas, como mudanças comportamentais causadas pela presença humana e a poluição. Por este motivo, existem leis e normas de avistagem, especificamente para cetáceos (baleias), estabelecidas pelo IBAMA, através da sua portaria nº117/96.

A observação de aves é uma das modalidades deste tipo de turismo mais explorada em todo o mundo. O Brasil tem cerca de 1800 espécies descritas e é o terceiro no mundo neste quesito (Sabino & Prado, 2006). Wheatley (1995) lista 29 cidades brasileiras com grande demanda para observação de aves.

Dentre os animais marinhos, os mais procurados pelos ecoturistas para as práticas de observação são as baleias jubarte, baleia-de-bryde, tartarugas marinhas e o peixe-boi. As atividades de incentivo e monitoramento da observação das baleias jubarte são organizadas pelo Instituto Baleia Jubarte – IBJ, que é uma organização não-governamental, e atua no



Estado da Bahia, desde 2001. As baleias-de-bryde são estudadas e observadas através de ações do Projeto Baleia de Bryde, no litoral de São Paulo. As ações de conservação e pesquisa, a fim de garantir a recuperação e sobrevivência das cinco espécies de tartarugas marinhas no Brasil, fazem parte do projeto de conservação da fauna mais antigo do Brasil, o Projeto TAMAR, com mais de 20 anos de existência e com sede na Bahia.

Esses são os exemplos mais conhecidos de trabalhos de proteção de animais marinhos que o turismo se apropria ao desenvolver as atividades de observação no habitat natural. Esses projetos, além de contribuírem para a proteção desses animais, funcionam como geradores de renda e empregos nas localidades onde estão inseridos. Isso acontece porque para o desenvolvimento das práticas ecoturísticas de observação é necessária a existência de uma infraestrutura receptiva nesses locais. Assim, além dos passeios em si, o turista conhece as instalações dos projetos, vê vídeos e palestras informativas, adota animais (no caso do Projeto TAMAR) e compra *souvenirs*.

Entretanto, a observação de peixes-boi marinhos começa a ganhar destaque no cenário nacional com as atividades do Projeto Peixe-Boi.

#### 4. Projeto Peixe-Boi Marinho no Piauí

De acordo com Luna (2001), o peixe-boi marinho, *Trichechus manatus* (Linnaeus, 1758) é a espécie de mamífero aquático mais ameaçada do Brasil, por estar sujeito tanto a mortalidade intencional quanto à acidental. Para Lima (1997), as principais ameaças são o encalhe de filhotes e a captura acidental em redes e currais de pesca, seguidos de morte intencional.

O peixe-boi marinho pertence à ordem dos sirênios, que é a única de mamíferos aquáticos preferencialmente herbívoros (Hartman, 1979 como citado em Luna *et al.*, 2008). O mamífero vive na água, mas precisa vir à superfície em intervalos de dois a cinco minutos para respirar, e vive cerca de 50 anos, podendo medir até quatro metros e pesar até 800 quilos.

O peixe-boi marinho alimenta-se, principalmente, de algas, capim marinho e mangue, e segundo Luna *et al.* (2008),

são descritas duas subespécies: *Trichechus manatus manatus* (Linnaeus, 1758), que ocorre na América Central e do Sul, e *T. m. latirostris* (Harlam, 1824) que ocorre na América do Norte. Esta divisão foi proposta por Hatt (1934) e confirmada por Domning e Hayek (1986). No Brasil verifica-se também a ocorrência do peixe-boi amazônico *Trichechus inunguis*, que se distingue dos demais do gênero por ser o único dos sirênios exclusivo de água doce (Coimbra-Filho, 1972).

No Brasil, estes mamíferos são protegidos por lei desde 1967, mas somente no começo da década de 1980 que as preocupações com o peixe-boi marinho aumentaram com

a criação do Projeto Peixe-Boi Marinho, com a finalidade de avaliar o estado de conservação do mamífero no litoral brasileiro, pelo antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF. O IBAMA criou, em 1990, o Centro Nacional de Conservação e Manejo de Sirênios, o Centro Peixe-Boi/IBAMA, sediado na Ilha de Itamaracá/PE – uma unidade especializada e descentralizada do IBAMA, que desde 1997, tem a Petrobrás como patrocinadora oficial do Projeto (Carvalho, 2010).

Em 1998, este Centro recebeu status de Centro Nacional de Pesquisa, Conservação e Manejo de Mamíferos Aquáticos ou Centro Mamíferos Aquáticos – CMA, passando a ser responsável pelas ações de proteção dos mamíferos aquáticos. O Projeto Peixe-Boi/IBAMA passou a ser um projeto executivo deste Centro. Assim, o CMA atua em co-gestão com a Fundação de Mamíferos Marinhos e é o responsável pelas ações de pesquisa, conservação e manejo do peixe-boi marinho (Projeto, 2009).

Durante o período de 1990 a 1993, o CMA fez um levantamento da ocorrência da espécie no norte e nordeste do litoral brasileiro, detectando quatro pontos estratégicos de observação, nos Estados da Paraíba, Alagoas, Ceará e Piauí (Brasil, 2009).

O município de Cajueiro da Praia, no Piauí, possui, então, uma base do Projeto Peixe-Boi Marinho, e até 2010 era de responsabilidade do CMA. Atualmente, a base é a sede da APA Delta do Parnaíba, em Cajueiro da Praia, de responsabilidade do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade – ICMBio (que assumiu algumas atividades desenvolvidas pelo IBAMA), desenvolvendo, fundamentalmente, atividades de pesquisa, educação ambiental e gestão socioambiental.

Cajueiro da Praia foi o primeiro município brasileiro a receber o título de Patrimônio Natural do Peixe-Boi Marinho, através de uma lei municipal de 2003 (Neto, 2006). Deste modo, a prefeitura local é responsável, perante a lei, de proteger os sirênios e seus habitats (estuários, rios e mar), além de poder explorar este título para incrementar a atividade turística e articular parcerias com entidades para preservar este mamífero.

Os trabalhos deste Projeto na região litorânea do Piauí iniciaram-se em 1997, e até 2012 contava com um dos maiores rebanhos da espécie, cerca de 40 animais, juntamente com o Maranhão e Paraíba, mostrando que a região de Cajueiro da Praia oferece segurança e alimentação para este mamífero. Em fevereiro de 2005, foi feito o primeiro registro de nascimento de filhote de peixe-boi no seu ambiente natural do Brasil, no estuário do município.

A nova base do Projeto Peixe-Boi Marinho, inaugurada em 2008, já é referência para as práticas ecoturísticas, acarretando o aumento da demanda turística e conseqüentemente a ampliação da oferta de produtos e serviços no município.

A atual base do Projeto Peixe-Boi Marinho, no Piauí, conta com um Centro de Convivência, um auditório, um Museu, com acervo sobre a biodiversidade marinha, fauna e flora da região; uma Eco-oficina, onde serão confeccionados produtos alusivos ao animal, como livros, CD-ROM's e DVD's informativos, além de camisetas, chaveiros, canecas, brincos, prendedores de cabelo, animais de pelúcia, adesivos, porta-lápis, ímãs e bonés, porém não está funcionando nesse momento; uma loja de artesanato, a Eco-loja; um

alojamento para pesquisadores; uma lanchonete; uma sala de pesquisa e um tanque para reabilitação de animais.

A principal atividade desenvolvida por esta base é o monitoramento dos peixes-bois no seu ambiente natural, por meio da metodologia do ponto fixo, ou seja, através da observação em cima de uma torre que está localizada a cerca de 1500m da costa, em frente à Ilha Grande, no estuário dos rios Timonha e Ubatuba, com 7,5m de altura, feita de concreto armado, submersa 1,5m na maré baixa e 3,5m na maré alta, com uma área de 2,5m<sup>2</sup> e capacidade para suportar até seis pessoas. Os monitoramentos dos peixes-boi acontecem ao mesmo tempo, em todas as bases de pesquisa do país, nos dias de segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira, das 6 às 10 horas da manhã. Este procedimento ocorre para que um mamífero, avistado no Piauí, não seja o mesmo observado no Ceará, por exemplo.

Até 2012, O Projeto Peixe-Boi Marinho tinha outros quatro pontos de observação além do ponto fixo, citado anteriormente: da Carnaubinha, Sardinha, Barra Grande e Ponta do Socó (Natur, 2012).

No município ainda não há empresas que organizem passeios para a avistagem dos mamíferos, mas os moradores estão sendo treinados para realizar tais passeios, o que envolve a comunidade com este tipo de turismo. Porém, há a possibilidade de acompanhar a atividade de monitoramento do Projeto, desde que dentro dos horários da atividade, o que significa que o visitante interessado, precisará estar na praia da Itam, endereço da base, às 5h30min e retornará depois das 10h, quando o trabalho termina. Nesta avistagem, é permitido a presença de apenas 4 pessoas, pois este é o número máximo permitido para ficar na torre, além dos dois monitores. Para tanto, não é cobrada nenhuma taxa, mas é exigido o agendamento da visita com antecedência, e não há garantia, nessa modalidade de observação em habitat natural, que o animal será avistado.

De 2010 (ano que se iniciou o registro de visitantes na base do Projeto) até 2013, segundo dados da folha de controle de visitantes, o Projeto, no Piauí, recebeu 2.865 visitantes. Destes, 2% são estrangeiros. Esse número é bastante significativo, e retratam apenas os visitantes espontâneos, já que a região onde se localiza a base do Projeto Peixe-Boi não tão vislumbrada pelos turistas quanto as suas praias, como a de Barra Grande.

Não se tem dados atuais sobre a cidade origem desses visitantes. Segundo Carvalho (2010), 42% dos visitantes são originados da cidade de Teresina – PI e outro 16% são de outras cidades do Estado do Piauí, sendo que 45% destes são provenientes do próprio município, mostrando o interesse da comunidade local pelo Projeto.

Conforme entrevista com a Coordenadora do Projeto, no Piauí, não se pretende colocar peixes-boi em cativeiro na base ou instalar um oceanário no local, devido as dificuldades financeiras de manutenção desse tipo de estrutura. Mas, está em fase de execução um projeto ecoturístico de observação de peixes-boi, com a finalidade de tornar a avistagem mais provável, através da marcação de animais nativos e de seu georeferenciamento, porém nada de concreto foi feito ainda.

Além do monitoramento dos animais, o Projeto realiza palestras e aulas-passeio sobre o ecossistema de manguezal com as instituições de ensino de nível fundamental,

médio e superior, da região Meio Norte (Maranhão, Piauí e Ceará). São realizadas, também, Eco-oficinas priorizando a utilização de atividades lúdicas para criar uma reflexão sobre o meio-ambiente e a própria unidade de conservação.

## 5. Conclusão

O ecoturismo em Cajueiro da Praia – PI ainda é insipiente, apesar de o município ter um grande potencial para o desenvolvimento do mesmo. A atividade turística no município, pode ser planejada através do modelo de desenvolvimento sustentável, para beneficiar não só a comunidade local, mas a própria atividade de forma duradoura.

Assim, as práticas ecoturísticas de interpretação do meio ambiente pode se constituir em uma alternativa para o desenvolvimento da atividade em Cajueiro da Praia – PI, através do Projeto Peixe-Boi Marinho, do ICMBio, podendo se tornar uma alternativa para um dos principais problemas de outras formas de turismo já iniciadas no município, como o turismo de “sol e praia”, como a sazonalidade, pela possibilidade de ser praticada em qualquer época do ano.

As práticas ecoturísticas de interpretação do meio ambiente através da observação promovem, também, um aumento da consciência ambiental, tanto por quem o pratica como para a própria comunidade, provocando a preservação do peixe-boi marinho e de seu habitat natural, além de atrair recursos financeiros e gerar empregos para seus moradores.

Assim, percebeu-se, durante a pesquisa de campo, que há um número crescente de visitantes ao Projeto Peixe-Boi, sejam eles turistas interessados em avistar o peixe-boi, como pesquisadores. Deste modo, constatou-se que da forma que o ecoturismo está se desenvolvendo no município, a atividade de observação será, realmente, uma alternativa viável para o desenvolvimento sustentável local.

## 6. Referências Bibliográficas

Brasil. MMA. ICMBio. (2009). *Centro de Mamíferos Aquáticos*. Recuperado em 11 de fevereiro, 2014, de <http://www.icmbio.gov.br/cma/index.php>

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. (2010). *Ecoturismo: orientações básicas* (2a ed.). Brasília, DF: Ministério do Turismo.

Carvalho, S. M. S. (2010). *Possibilidades e Limitações do desenvolvimento sustentável do turismo no município de Cajueiro da Praia – PI*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.

Cruz, R. C. A. (2003). *Introdução à Geografia do Turismo* (2a ed.). São Paulo: Roca.

Dias, R. (2007). *Turismo sustentável e meio ambiente* (1a ed., 3a reimp.). São Paulo: Atlas.

\_\_\_\_\_. (2003). *Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas.

Irving, M. da A., Bursztyn, I., Sancho, A., Melo, G. de M. (2005). Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. *Caderno Virtual de Turismo*, 5(4), 1-7.

- Lemos, C. (1999). Inovação na era do conhecimento. In: H. M. M. Lastres, & S. Albagli (Org.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus.
- Lima, R. P. (1997). *Peixe-boi marinho (Trichechus manatus): distribuição, status de conservação e aspectos tradicionais ao longo do litoral nordeste do Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
- Loureiro, J. de A., Braga, M. B., Selva V., Motta, Zilda, C. S. da. (2003). Ecoturismo e desenvolvimento local para a Reserva Particular do Patrimônio Natural de Maracaípe – PE. In: L. N. M. T. Coriolano, & L. C. Lima (Org.). *Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental*. Fortaleza: EDUECE.
- Luna, F. de O., Araújo, J. P. de, Lima, R. P. de, Pessanha, M. M., Soavinski, R. J., Passavante, J. Z. de O. (2008). Captura e utilização do peixe-boi marinho (*Trichechus manatus manatus*) no litoral Norte do Brasil. *Revista Biotemas*, 21(1), 115-123.
- Luna, F. de O. (2001). *Distribuição, status de conservação e aspectos tradicionais do peixe-boi marinho (Trichechus manatus manatus) no litoral norte do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
- Natur. 2012. *Cajueiro da Praia é considerada a área com maior concentração de peixe-boi marinho*. Recuperado em 20 de dezembro, 2013, de [http://naturturismo.com.br/?dir=noticias&url=abre\\_noticia&id=27](http://naturturismo.com.br/?dir=noticias&url=abre_noticia&id=27)
- Neto, A. (2006). *Luiz Correia & Cajueiro da Praia: Executivo e Legislativo*. Teresina: Edições Geração 70.
- OMT. (2003). *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. (S. Netz, Trad.). Porto Alegre: Bookman.
- ORAMS, M. B. (1996). A conceptual model of tourist-wildlife interaction: the case for education as a management strategy. *Australian Geographer*, 27 (1), 39-51.
- Perinotto, A. R. C., Barbosa, A. G. P., Cavalcanti Filho, W. G. (2008). O Projeto Peixe-Boi Marinho como alternativa de sustentabilidade e análise do ecoturismo em Cajueiro da Praia – PI. *Revista Global Tourism*, 4(2), 3-15.
- Piauí. Secretaria de Planejamento. Fundação CEPRO. (1996). *Macrozoneamento costeiro do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação CEPRO, Fundação Rio Parnaíba.
- Projeto, P. (2009). *Projeto peixe-boi*. Recuperado em 11 de fevereiro ,2013, de <http://www.projetopeixe-boi.com.br/>
- Sabino, J., Prado, P. I. (2006). Síntese do Conhecimento da Diversidade Biológica de Vertebrados do Brasil, p. 55-143 In T. M. Levinsohn (Org.). *Avaliação do Estado do Conhecimento da Diversidade Brasileira*. (1a ed.) Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Salvati, S. S. (2002). Turismo responsável como instrumento de desenvolvimento e conservação da natureza. In R. H. Born (Coord.). *Diálogos entre as esferas global e local: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária*. São Paulo: Peirópolis.
- Soares, M. (2005). Análise das possibilidades do turismo de observação de vida selvagem no litoral de Santa Catarina. *Coordenadas (Itajaí)*, 1(1), 1-12.
- Swarbrooke, J. (2000). *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. ( M. D. Pulido, Trad.). (Vol 1. 3a ed.) São Paulo: Aleph.
- Walter, P. G. (2013). Theorising visitor learning in ecotourism. *Journal of ecotourism*, 12(1), 15–32.
- Wheatley, N. (1995). *Where to watch birds in South America*. London: Princeton.

Wilson, C., Tisdell, C. (2001). Sea turtles as a non-consumptive tourism resource especially in Australia. *Tourism Management*, 22 (1), 279-288.